

As razões da indiferença

Moacir Werneck de Castro

Se é verdade que o povo assistiu "abestalhado" à proclamação da República, não menos abestalhado ficou com o restabelecimento do antigo (imperial) sistema de governo parlamentarista pela Comissão de Sistematização. O povo estava interessado, isso sim, no mandato de Sarney, porque tem pressa em se ver livre de um presidente sem legitimidade. As tensões ficaram limitadas ao âmbito do Congresso constituinte e aos altos círculos políticos. A plebe manifestou uma soberba indiferença pela forma com que a pretendem governar.

Acho que esse pouco caso, à primeira vista estranho, merece melhor exame. Para um observador estrangeiro que chegasse aqui desconhecendo as nossas realidades, tamanha indiferença pareceria até absurda. Tanto mais quanto a ela correspondia um interesse ativo do Palácio e das forças conservadoras, que pressionaram pela manutenção do presidencialismo.

Confesso que partilhei do desinteresse geral pelo tema, embora me sentisse intimamente inclinado a seguir a bússola que manda ficar do lado oposto àquele em que se colocam determinadas pessoas e correntes políticas. Sarney, José Lourenço, Roberto Campos queriam (e querem) o mandato de cinco anos com presidencialismo. Então, havia que pensar duas vezes. Mas a política não é uma arte simples, não é um problema linear. A opinião pública, pelo que se pôde aferir, torceu pela redução do mandato do presidente, mas não teve nem de longe igual empenho em ver derrubado o presidencialismo.

Por quê? Essa a grande questão. Teoricamente, o parlamentarismo pode ser uma forma de governo muito superior ao presidencialismo. Outro dia um dileto amigo, versado e vivido em política, me desenvolveu uma cerrada argumentação em favor do primeiro. Lá pelas tantas me perguntava se eu queria ficar do lado dos reacionários. Tão eloquentemente defendeu a tese que me deixou impressionado.

Depois topei com um livro de Sívio Romero, *Realidades e ilusões no Brasil, parlamentarismo e presidencialismo e outros ensaios*. No prefácio, Evaristo de Moraes Filho observa que o autor, na época (três anos depois da proclamação da República), estava brigado com Floriano Peixoto, que demitira o governador provisório de Sergipe, coronel Vicente Ribeiro, embora mais adiante o mesmo Sívio justificasse outra derrubada, por ser um negócio local, em que o povo afastara o "representante de uma oligarquia".

Pois Sívio Romero faz uma polêmica e brilhante defesa do parlamentarismo. Invoca, dirigindo-se a Rui Barbosa, uma série de argumentos. Atribuía ao recém-adotado presidencialismo "vícios de origem militar". Considera-o mais exposto à corrupção, porque corresponderia a um "governo de corrilho, de camarilha de meia dúzia de espertos, que se dizem os mais aptos, os mais sábios, os mais dignos". Denuncia: "Esse banqueirismo governativo não passa de uma aristocracia do dinheiro, de um patricialismo do capital, a mais viciada e bastarda de todas as aristocracias."

Uma leitura sugestiva, com fortes elementos de convicção. As mesmas idéias, com pequenas variantes, foram defendidas na Assembléia Constituinte. No entanto, elas não pareciam colar com a nossa realidade atual. Por quê? pergunto novamente. Porque não representavam o eco de uma poderosa aspiração popular de nosso tempo, não comoviam nem mobilizavam as massas. Estavam deslocadas no contexto, sem a necessária correspondência com a ânsia de eleição direta para presidente da República. Por isso, não havia contradição entre ser contra o mandato de cinco anos para Sarney e se opor a um novo sistema de governo a ser implantado

já, criando novos espaços para turbulências e dificuldades imprevisíveis.

Em suma: parlamentarismo, uma boa coisa; mas tão boa que convém ser guardada para quando tiver chances de uma implantação em bases sólidas e duradouras. Em 1985, trocou-se a aspiração das diretas-já pelo reconhecimento do Colégio Eleitoral como meio de levar a cabo a "transição democrática", que acabou, assombrosamente, guindando ao Palácio do Planalto o ex-presidente do PDS, partido oficial do regime militar. Abdicação menor seria deixar agora em segundo plano o ideal do parlamentarismo para perseguir com determinação uma meta bem definida, concreta, palpável, como a eleição direta do presidente da República em 1988, a fim de liquidar de vez esta interminável "transição democrática" — sem introduzir complicadores numa situação já de si bastante complicada. Nem mesmo sob a forma meio contrabandeada que o senador José Richa propôs para evitar uma eventual política de "terra arrasada" do Sarney em fim de mandato.

Acredito que aí estejam, em substância, as razões da indiferença popular diante do debate parlamentarismo versus presidencialismo. Em tese, tudo bem com o governo de gabinete. Mas, nas circunstâncias, seria uma aventura, e de aventuras estamos todos cheios.

Quanto ao argumento de que o sistema presidencialista oferece maiores possibilidades à corrupção, esse é extremamente questionável. A corrupção é uma hidra de sete cabeças. Existe em todos os regimes do mundo, em maior ou menor escala. Muitos brasileiros alimentam a respeito um tremendo ceticismo. Discutir que sistema é mais corrupto parece diversionismo de pessoas que reconhecem a impossibilidade de extirpar um dia — remoto que seja — as raízes da corrupção.

O grande mal de origem, no Brasil como no Terceiro Mundo em geral, está numa prática eleitoral que cada vez mais vira balcão para compra e venda de votos. Que pode contra a força desse mercado um eleitorado cuja maioria maciça se compõe de indivíduos que ganham de zero a 100 dólares? O varejo do voto para os corpos legislativos até que abre um espaço maior aos agentes corruptores do clientelismo. Enquanto que o voto para presidente da República permite uma tomada de consciência em função de causas, reivindicações e bandeiras nacionais, capazes de empolgar as massas e nas quais o eleitorado pobre supera mais facilmente as tentações da vantagem material imediata, em troca da perspectiva de uma melhoria estável das condições gerais de vida.

Pode ser que me engane, mas creio que não é esta a hora de mudar as regras do jogo nesse capítulo. Quantas vezes os constituintes parlamentaristas tiveram de aceitar que não era possível encaixar todos os seus ideais, ou compromissos, na nova Constituição? Uns queriam o socialismo, outros a social-democracia; tiveram de se conformar com o precaríssimo capitalismo que aí está, porque outra coisa não dava pé no momento. É que muitos proveitos não cabem num mesmo saco — e haja saco.

Este país está mal, muito mal. Como nunca na nossa história. Temos mais que fazer do que nos embalar com teses sobre sistemas de governo. O parlamentarismo não assegura nos dias de hoje nenhuma imunidade contra as forças do conservadorismo e da reação, nacionais e internacionais. Apesar de todo o seu charme retrô, com Ulysses no papel de Zacarias, ele não passaria, penso eu, de uma panacéia — ou de um placebo, que só tapeia o doente. Salvo melhor juízo, como se dizia antigamente no Itamarati.

De resto, toda essa conversa pode ser inteiramente ociosa, a se confirmar o poder de fogo do Centrão no plenário da Assembléia Constituinte.